Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária.

Período de Análise: 01/05/2016 a 31/05/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Dilma vai tirar do papel estatal da área rural criada em 2013. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 01/05/2016. 3

MST defende desobediência civil "se golpe passar". Fernanda Pires – Valor Econômico. 01/05/2016. 4

Dilma homologa mais duas terras indígenas, em SP e MT. Valor Econômico. 02/05/2016. 5

Secretários propõem unir Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Cristiano Zaia - Valor Econômico. 02/05/2016. 7

ESPÍRITO SANTO: Conab distribui cestas para acampados. CONAB. 04/05/2016. 9

Incra/RS identifica território quilombola em Capivari do Sul. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/05/2016 10

Três vezes despejados, agricultores sofrem com desmandos do Incra no Pará. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/05/2016 11

Dilma não deu nenhuma guinada à esquerda", diz líder do MST. Cristiane Agostine – Valor Econômico. 09/05/2016. 12

Indígenas Guarani e Kaiowá ocupam Funai em Brasília por demarcação. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 11/05/2016 15

Incra faz cadastro ambiental rural de todos assentamentos dentro do prazo. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/05/2016 17

Incra reconhece dois territórios quilombolas no Paraná. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/05/2016 19

Nota Pública da FETRAF/BRASIL em repúdio à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. FETRAF. 13/05/2016 21

Solidariedade propõe criação de Secretaria da Agricultura Familiar. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 16/05/2016. 23

MST desocupa fazenda de amigo de Temer no interior de São Paulo. Valor Econômico. 16/05/2016. 24

MPF e entidades veem ilegalidade em revisão de terras indígenas. Danilo Fariello – O Globo, Brasil. 16/05/2016 25

PARÁ: Acampados recebem 6,7 mil cestas de alimentos. CONAB. 18/05/2016. 26

Moraes descarta rever demarcações de terras indígenas. Letícia Casado e Carolina Oms – Valor Econômico. 20/05/2016. 26

PIAUÍ: Conab doa 9 119 kg de alimentos para acampados da reforma agrária. CONAB. 27/05/2016 30

Quilombodo Grotão, em Niterói, passa por fase de reconhecimento do MinC. Renan Almeida – O Globo, Rio. 29/05/2016 30

Temer transfere responsabilidade por reforma agrária para a Casa Civil. Danilo Fariello – O Globo, Brasil. 30/05/2016 31

Temer transfere reforma agrária para a Casa Civil. Maíra Magro – Valor Econômico. 30/05/2016. 32

Conab participa de conferência sobre Extensão Rural. CONAB. 31/05/2016. 32

Dilma vai tirar do papel estatal da área rural criada em 2013.Cristiano Zaia – Valor Econômico. 01/05/2016.

A dez dias de o Senado votar se a afasta do cargo, a presidente Dilma Rousseff decidiu tirar do papel a Agência Nacional de Assistência e Extensão Rural (Anater), após dois anos e meio de sua criação. Na próxima terça-feira, Dilma deve anunciar recursos para que a estatal possa finalmente operar no mesmo dia em que lançará o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/17.

A presidente inclusive citou hoje esses investimentos em discurso no evento em comemoração ao 1º de maio, organizado por centrais sindicais e movimentos sociais, no Vale do Anhagabaú, em São Paulo.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, disse ao **Valor** que o governo enfim irá "consolidar" e "colocar de pé" a Anater, criada para repassar recursos às chamadas Emater, institutos de assistência técnica regionais, celebrar convênios e contratar empresas e ou institutos para prestar essas atividades nos Estados.

Segundo ele, a agência nascerá com a meta de assistir 10 mil famílias de agricultores e contratar e capacitar 2 mil técnicos para dar assistência no campo.

No ano passado, inclusive no lançamento do mesmo Plano Safra da Agricultura Familiar, referente à temporada 2015/16, Dilma chegou a nomear o diretor-presidente da Anater, Paulo Guilherme Cabral. No entanto, a agência até hoje não conseguiu executar suas ações por falta de diretoria.

Além do presidente, já havia dois diretores nomeados mas faltava um, que foi oficializado apenas na semana passada: na última quarta-feira Silvana Canuto Medeiros foi nomeada diretora executiva da agência.

O primeiro contrato de gestão da Anater prevê R$ 31 milhões para contratação de assistentes técnicos até o fim de 2016.

MST defende desobediência civil "se golpe passar". Fernanda Pires – Valor Econômico. 01/05/2016.

O líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Gilmar Mauro, convocou os trabalhadores a lutar contra um eventual governo Michel Temer caso o impeachment da presidente Dilma Rousseff passe no Senado. “Se romperem com a Constituição, o povo brasileiro tem o direito democrático à desobediência civil. Isso significa não reconhecer o governo golpista e construir o governo paralelo da classe trabalhadora”, disse Mauro.

Representantes de movimentos sociais discursam hoje no ato da CUT no Vale do Anhangabaú, na capital paulista, contra o que chamam de golpe contra a democracia, a manipulação da grande mídia e a direita golpista. As falas são contra o vice-presidente Michel Temer, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

“Temer não terá sossego”, disse a dirigente da União Brasileira das Mulheres (UBM), Flávia Costa. Segundo o secretário-geral da Federação da Agricultura Familiar, Elvio Mota, a luta começa agora. “Os avanços que conquistamos no governo Lula e Dilma foram porque fomos para a rua”.

Pouco antes das 13h, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente Dilma Rousseff estavam a caminho do ato.

Dilma homologa mais duas terras indígenas, em SP e MT. Valor Econômico. 02/05/2016.

Dois decretos presidenciais publicados no “Diário Oficial da União” desta segunda-feira confirmam a demarcação administrativa de mais duas terras indígenas. Com a homologação das reservas Piaçaguera, localizada em Peruíbe (SP), e Pequizal do Naruvôtu, em Canarana e Gaúcha do Norte, em Mato Grosso, chega a três o número de áreas indígenas homologadas apenas no último mês.

No período, áreas que vinham sendo reivindicadas há anos foram reconhecidas como territórios tradicionais indígenas e o Conselho Nacional de Política Indigenista foi instalado.

De 2011 a 2015, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), a presidente homologou 18 terras indígenas. Os anos com maior número de homologações foram 2012 e 2015, cada um com sete. Em 2011, foram homologadas três terras indígenas. Em 2013, apenas uma área foi confirmada como território tradicional indígena. Em 2014, não houve nenhuma homologação.

A Terra Indígena Piaçaguera é destinada à posse permanente do grupo indígena Guarani Nhandeva. Tem área de 2.773 mil hectares (um hectare corresponde às medidas aproximadas de um campo de futebol oficial). Pequizal do Naruvôtu é voltada à posse permanente dos Naruvôtu e mede 27.878 hectares.

Dilma também declarou de interesse social, para fins de desapropriação, um imóvel rural de 2.300 hectares em Chapecó (SC) para, futuramente, assentar famílias da etnia Kaingang.

O Ministério da Justiça declarou uma área de aproximadamente 33.900 hectares de Aquidauana (MS) de posse permanente do grupo indígena Terena, que reivindica o direito sobre a área, nomeada Terra Indígena Taunay-Ipégue.

Após o Ministério da Justiça declarar uma área como terra indígena, a Funai pode dar início ao trabalho de demarcação física da região. A última etapa do processo administrativo de regularização fundiária corresponde à homologação pela Presidência da República.

A Presidência também abriu crédito extraordinário para o Ministério da Saúde e outras pastas, destacando, de um total de R$ 37 bilhões, R$ 51 milhões para a promoção, proteção e recuperação da saúde indígena.

Em 5 de abril, o governo federal já havia homologado a demarcação da Terra Indígena Cachoeira Seca, no Pará. Destinada à posse permanente e ao usufruto exclusivo do povo Arara (também conhecido como Ukarãngmã), a reserva tem 733.688 hectares. Desde meados da década de 1970, a área vinha sendo reivindicada como território tradicional dos avara, mas, segundo a Funai, o processo administrativo de identificação e delimitação de Cachoeira Seca teve início, de fato, em 2004. A portaria declaratória de reconhecimento dos limites da terra indígena foi publicada por decreto do Ministério da Justiça no ano de 2008 e, desde então, os índios que vivem na área aguardavam a homologação presidencial.

Nas últimas duas semanas, o Ministério da Justiça também declarou cinco grandes áreas como território tradicional indígena. No dia 20 de abril, o ministro Eugênio Aragão assinou duas portarias declaratórias publicadas no Diário Oficial que reconheciam as terras indígenas Estação Parecis, localizada em Diamantino e Nova Marilândia (MT), e Kawahiva do Rio Pardo, situada em Colniza (MT). As reservas medem, respectivamente, 2.170 hectares e 411.844 hectares e abrigarão, no primeiro caso, índios da etnia Paresi e, no segundo, os Kawahiva (Tupi-Kawahib), que vivem isoladamente – razão para a dimensão da área a eles reservada.

No dia 22, o Ministério da Justiça publicou as portarias declaratórias da Terra Indígena Sissaíma e Murutinga/Tracajá, ambas no Amazonas. A primeira, com cerca de 8.780 hectares, está localizada em Careiro da Várzea e abrigará indivíduos da etnia Mura. Murutinga/Tracajá tem 13.286 hectares às margens do Rio Mutuca, em Autazes. Segundo a Funai, essa última terra indígena abrange dois blocos ambientalmente distintos e complementares: a várzea e a terra firme.

No dia 25, o ministro da Justiça assinou a portaria em que a Terra Indígena Riozinha, nas cidades de Juruá e Jutaí (AM), são declaradas de posse permanente dos povos indígenas Kokama e Tikuna. A terra indígena tem uma superfície aproximada de 362.495 hectares.

Outra reivindicação indígena contemplada nos últimos dias foi a instalação do Conselho Nacional de Política Indigenista, na última quarta-feira (27). Durante a cerimônia de posse dos conselheiros, o ministro da Justiça declarou que "o governo federal está pagando mais um pouco de sua larga dívida histórica para com os povos indígenas". O conselho foi criado com o objetivo de ampliar a participação indígena na elaboração de diretrizes e execução da política indigenista brasileira.

Foi durante a cerimônia que o ministro reconheceu que as garantias constitucionais dos povos indígenas estão fortemente ameaçadas e prometeu que o governo se esforçará para declarar e homologar novas terras indígenas.

Secretários propõem unir Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Cristiano Zaia - Valor Econômico. 02/05/2016.

O Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Agricultura (Conseagri) apresentou hoje em sua reunião trimestral um documento com uma série de propostas na área de políticas agrícolas, que deve ser futuramente entregue ao vice-presidente Michel Temer, para ser usado num eventual governo dele, caso a presidente Dilma Rousseff seja afastada pelo Senado. As principais sugestões, que foram elaboradas por alguns secretários, acadêmicos e economistas, incluem a fusão entre os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, e a extinção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Essa proposta de unificar os dois ministérios da área também foi entregue pessoalmente a Temer pela bancada ruralista do Congresso e entidades do agronegócio, mas tiveram reação negativa das frentes parlamentares da Extensão Rural e Assistência Técnica e da Agricultura Familiar, que também apresentaram documento contrário à fusão, por meio do deputado federal Zé Silva (SD-MG).

As propostas foram elaboradas pelos secretários estaduais de agricultura, Octaciano Neto, do Espírito Santo, e Arnaldo Jardim, de São Paulo, pelo economista José Roberto Mendonça de Barros, pelo professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Antônio Márcio Buainain, pelo ex-presidente da Embrapa Eliseu Alves e o pesquisador da Embrapa, Zander Navarro.

Intitulado “A economia agropecuária brasileira – o que fazer?”, o documento tem seis principais eixos: “produção e comércio”; “desafios estratégicos (principais) dentro da porteira”; “Estados e políticas para as regiões rurais”; “desafios estratégicos (principais) fora da porteira”; “o desfaio estratégico redistributivo – a nova forma da questão social”; e “ações de médio prazo: pesquisa agrícola e legislação trabalhista”.

O secretário estadual de Agricultura de São Paulo, Arnaldo Jardim, disse ao Valor que o documento já estava sendo formulado independentemente da possibilidade de alternância na presidência da República, mas que os principais aliados de Temer – Moreira Franco e Eliseu Padilha – já estão colhendo sugestões e acolhendo propostas. Já o secretário capixaba, Octaciano Neto, explica que a ideia do documento é propor medidas factíveis de serem implementadas a curto prazo e que “por acaso” coincidem com o atual momento de possível troca de governo.

Entre as propostas estão: apostar nas exportações não só de matérias-primas agrícolas como também de bens agropecuários industrializados como estratégia de "curto prazo"; ofertar novas fontes de financiamento para a agropecuária, em detrimento da escassez das principais fontes de recursos públicos do crédito rural vigente no Plano Safra; maior incentivo á agricultura de precisão; defesa a uma agropecuária "sustentável" com manutenção do Código Florestal; "consolidação" do seguro agrícola no país; organização "mais eficiente" da defesa sanitária; atualizar regularmente a Lei Agrícola brasileira; dar atenção ao "Nordeste rural" por meio de assistência técnica e políticas públicas específicas; e desburocratização da pesquisa agrícola.

"A existência de dois ministérios competidores entre si, um dedicado à agricultura empresarial e o outro aos produtores mais pobres, perdeu o seu significado. Propõe-se a extinção de ambos, o MAPA [Ministério da Agricultura] e o MDA, e a constituição de único ministério, o qual poderia ser intitulado "Ministério do Desenvolvimento Rural". O novo ente público poderá criar sinergias operacionais, reduzir custos e estabelecer uma estratégia de ação governamental que interrompa a divisão social e, pelo contrário, estimule as formas de cooperação entre os produtores, sobretudo as organizacionais", sugere o documento entre outras propostas.

ESPÍRITO SANTO: Conab distribui cestas para acampados. CONAB. 04/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) doou, no mês de abril, um total de 14,6 toneladas de alimentos para acampados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Os produtos, adquiridos em 2015 com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram retirados pelo próprio instituto e repassadas a 519 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. As cestas de alimentos entregues continham arroz, feijão, farinha de mandioca, macarrão e leite em pó, totalizando, em média, cerca de 28 quilos de alimentos doados a cada grupo familiar.

Incra/RS identifica território quilombola em Capivari do Sul. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/05/2016

Há pelo menos 140 anos, o distrito de Santa Rosa, às margens da Lagoa Capivari, no município de Capivari do Sul, foi ocupado pela população negra escrava que trabalhava em propriedades da região. Para as 37 famílias da comunidade quilombola Costa da Lagoa, esta história está sendo resgatada e reconhecida com o processo de regularização da sua área. O Incra/RS publicou, no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (03), o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território de 48,9 hectares da comunidade - resultado de diversos estudos e levantamentos realizados pelos técnicos do instituto.

A ação faz avançar o processo de regularização do território, que culmina com a titulação em nome da comunidade. A partir da publicação do RTID e da notificação de ocupantes dentro da área indicada, interessados terão prazo de 90 dias para contestar o relatório junto ao Incra/RS.

História - As origens da comunidade estão ligadas ao testamento de Antônio Domingues de Oliveira Brás, proprietário da Sesmaria de São Bernado, que no século XIX deixou terras para a escrava liberta Delfina. “A gente sempre entendeu que a terra era nossa, mas não sabia direito a origem”, conta Maria Joaquina da Conceição Rosa, 74 anos, a representante com mais idade da comunidade. Neta de Serafina (irmã de Delfina), desde criança ouvia que as duas tinham chegado de barco, pela lagoa, ao lugar em que criaram suas famílias.

A história recontada pelas lembranças dos descendentes e pela documentação pesquisada está registrada no relatório antropológico, motivo de orgulho para Maria Joaquina, que agora comemora mais uma etapa na regularização das terras: “É um ganho muito grande. Quero deixar este legado para os que virão no futuro”.

Cultura - Em todo este tempo de ocupação, a identidade quilombola da comunidade manteve-se viva nas relações de parentesco e de reciprocidade, rememorada e celebrada em festejos antigos, como o de Nossa Senhora dos Navegantes, realizado em fevereiro há mais de cinquenta anos. Maria Joaquina conta que uma imagem da santa foi achada na lagoa, dando origem à procissão. “Tem coisas que se conservaram. Esta cultura ficou, assim como o batismo das crianças na lagoa”, relata. Outro orgulho da comunidade é a preservação da área: a natureza na Costa da Lagoa é exuberante, e as famílias querem manter assim.

Este é o primeiro processo integralmente executado por técnicos do Incra/RS, e é o 20º RTID publicado no Rio Grande do Sul. Atualmente, 96 comunidades possuem processo de regularização de territórios quilombolas abertos no estado – cinco comunidades já possuem títulos de suas terras.

Três vezes despejados, agricultores sofrem com desmandos do Incra no Pará. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/05/2016

Em série de reportagens sobre conflitos na Amazônia, Agência A Pública, destaca caso de Projeto de Assentamento, no Oeste do Pará, que consta em Relatório-Denúncia da CPT. Confira:

O projeto de assentamento Ypiranga, situado no município de Trairão, no oeste paraense, reúne alguns dos principais problemas de conflitos fundiários na Amazônia Legal. Reconcentração de terra, desmatamento acentuado, ausência de fiscalização eficiente, ameaças de morte, homologações indevidas, indícios de corrupção. Tudo isso aparece no local, criado em dezembro de 1998. O caso está no relatório-denúncia "Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos", produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), também lançado em fevereiro deste ano.

Os conflitos no assentamento tornaram-se mais significativos a partir da segunda metade da década de 2000. Para a CPT, houve a inclusão de pessoas sem perfil de reforma agrária por um antigo servidor. Os falsos beneficiários pertenciam a algumas famílias do Paraná e foram incluídos na relação de beneficiários entre 2005 e 2006. "O relato das famílias que estavam lá de fato é que esses ocupantes nunca tinham morado lá, eles moravam no Paraná. Os lotes estavam abandonados. Eu acredito até que esses lotes estavam para ser vendidos", relata um servidor do Incra ouvido pela Pública que pediu para não ser identificado.

Com os lotes destinados aos paranaenses não ocupados, pequenos agricultores locais, sob incentivo do próprio Incra, construíram suas casas nas terras. A partir de 2010, os paranaenses passaram a reivindicar os lotes de que constavam como beneficiários. No ano seguinte, começa uma batalha judicial que se arrasta até hoje. Há duas ações correndo na Justiça do Pará pedindo a reintegração de posse dos lotes em favor das famílias do Paraná. No curso dessas ações, já foram realizados três despejos contra os agricultores.

"Amazônia, um bioma mergulhado em conflitos – Relatório Denúncia" disponível para download

Após os dois primeiros despejos ocorridos no PA Ypiranga, os moradores protestaram e encaminharam uma série de ofícios ao Incra denunciando irregularidades por parte dos paranaenses. O Incra realiza, então, um levantamento prévio para averiguar denúncias de reconcentração de lotes no assentamento em outubro de 2012. "Ali a gente constata que as famílias que estavam ocupando os lotes antes do despejo tinham, de fato, perfil da reforma agrária e deveriam ter sido regularizadas pelo Incra já. Essas famílias ocupavam os lotes pelo

menos desde 2006. Quem constava nas relações de beneficiários do Incra eram famílias do Paraná que nunca colocaram os pés no assentamento", afirma um servidor do Incra que participou da vistoria em 2012.

Nos anos seguintes, o Incra fez outras três vistorias. A primeira delas confirmou algumas afirmações dos paranaenses, mas as seguintes criticaram o rigor técnico da primeira, deram razão aos pequenos posseiros e solicitaram a exclusão de várias famílias do Paraná da relação de beneficiários do assentamento. A contestação do caso ainda segue na Justiça. O processo foi remetido para a Vara Agrária de Santarém. A Pública não conseguiu contato com os advogados que representam as famílias do Paraná na Justiça.

"Nós identificamos uma grande quantidade de lotes reconcentrada no assentamento, já notificamos os responsáveis e solicitamos a devolução dos lotes. Também solicitamos a exclusão dos ocupantes irregulares, mas o caso ainda segue na Justiça. Foi um dos casos que conseguimos dar um encaminhamento na superintendência nos seis meses em que eu passei lá", afirma o ex-superintendente Regional do Incra em Santarém (SR-30), Claudinei Chalito.

Em entrevista à Pública, a atual comandante da SR-30 em Santarém, Elita Beltrão, reconheceu os erros do órgão no conflito do PA Ypiranga. "Houve falha no procedimento de homologação do Incra. Foram incluídas famílias sem perfil de reforma agrária. Por isso que a gente está revendo esses procedimentos. Nós estamos trabalhando para identificar quem homologou essas famílias, em que data, queremos saber se o processo foi bem instruído para punir os responsáveis", afirma. Segundo a superintendente, o Incra pretende intensificar as supervisões ocupacionais no assentamento para identificar todas as famílias que receberam lotes indevidamente. O Incra já está movendo ações judiciais contra algumas destas famílias.

Dilma não deu nenhuma guinada à esquerda", diz líder do MST. Cristiane Agostine – Valor Econômico. 09/05/2016.

Às vésperas do possível afastamento da presidente Dilma Rousseff, o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, afirma que não haverá condições de diálogo com uma futura gestão Michel Temer (PMDB) e diz que os movimentos sociais deverão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o impeachment. Stedile afirma ainda que a presidente do PT não cairá, como argumentam alguns de seus defensores, porque apostou em políticas públicas para os

mais pobres. Ela teria ficado isolada ao buscar um governo de conciliação de classes. "Dilma não deu nenhuma guinada à esquerda", afirma.

Em sua opinião, a principal resistência a Temer nas ruas não deverá vir dos grupos organizados. Mas sim de "80% da população" que assiste de forma atônita à saída da presidente do cargo e que poderá sentir no bolso, nos próximos meses, os impactos da crise econômica, com a continuidade dos problemas políticos, diz Stedile, em entrevista ao **Valor**.

O líder do MST, um dos movimentos que mais têm mobilizado militantes contra o impeachment, afirma que "quem derrubou a presidente foi a economia" e a falta de ações do governo para solucionar a crise nessa área. O agravamento dos problemas econômicos e a "falta de legitimidade" do governo Temer, segundo Stedile, poderão levar às ruas aqueles que ainda não foram protestar, apesar de o desemprego já ter atingido mais de 10 milhões de pessoas e a inflação ter corroído o poder de compra da população. "É a situação econômica que poderá tirar parte desses 80% [dos brasileiros] da situação de 'atônito' em que estão. As pessoas não sabem ainda o que fazer", diz.

"Aquelas parcelas que estão desorganizadas poderão se mobilizar se perceberem que o 'Plano Real' do Temer é reimplantar o neoliberalismo no Brasil, como está escrito na proposta do PMDB. A agenda para o futuro deles é, na verdade, uma volta ao passado neoliberal, que vai tirar direito dos trabalhadores, prejudicar amplas camadas da população e não vai tirar a economia da crise", diz o líder do MST. "É possível que nos próximos meses, com o agravamento da situação econômica e do desemprego, as pessoas comecem a se dar conta de que o problema não era o governo, mas sim a necessidade de um projeto para o país."

Os movimentos sociais, que têm se mobilizado em defesa do mandato de Dilma, continuarão a protestar contra o PMDB. Amanhã, na véspera do início da votação no Senado sobre o afastamento da presidente, as mais de 70 entidades que compõem as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, como MST, CUT e MTST, farão manifestações em todo o país. Se Dilma tiver que deixar o cargo temporariamente, esses grupos descerão a rampa do Palácio do Planalto com a petista. Em um futuro governo Temer, as entidades prometem não dar sossego ao PMDB. "Será um governo ilegítimo. Como é que se pode fazer um acordo? Não dá", diz Stedile. "Todos os atos do Temer serão contestáveis, porque o que está em curso é um golpe. Dilma não cometeu crime. A

saída não é um golpe, mas sim a sociedade se rearticular e discutir um novo projeto para o país", diz.

O MST e outros movimentos populares devem recorrer ao STF "contra o golpe", afirma. "O Supremo tem que dizer que está na Constituição que um presidente só pode ser afastado se cometer crime e vai ser chamado a ser a última instância desse julgamento. O absurdo é tão grande que, se pedaladas fiscais fossem crime, então Temer também teria que se afastar. Ele está arrolado porque assinou decretos das pedaladas."

Apesar da defesa do mandato de Dilma, as críticas do MST ao governo não são poucas, a exemplo de outros movimentos populares. Nos dois mandatos da presidente, a reforma agrária teve seu pior resultado dos últimos 20 anos, desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2015, não houve desapropriações para fins de reforma agrária. Às vésperas de seu afastamento, Dilma fez acenos à esquerda, com a assinatura de decretos para desapropriar 35,5 mil hectares para a reforma agrária e de 21 mil hectares para regularizar territórios quilombolas. A avaliação do MST, que representa cerca de 300 mil famílias assentadas e 120 mil acampadas, é que foram feitos tardiamente e têm alcance restrito.

"Dilma não deu nenhuma guinada à esquerda. O governo está paralisado e essas desapropriações foram simbólicas. É uma merreca. Dá 3 mil famílias. Dos quilombolas são 799 famílias", afirma.

Stedile discorda da tese defendida pelo PT de que o governo cairá porque apostou nos pobres. O dirigente reclama que Dilma, assim como Lula, "nunca fez um governo de esquerda", mas sim de conciliação de classes e diz que com isso a presidente isolou-se. "Não era um governo de esquerda nem popular e no segundo mandato os setores da classe dominante que antes estavam com Lula se afastaram. A presidente ficou sozinha", diz. "Foi um erro não investir na esquerda, não montar os ministérios em diálogo com a sociedade e as forças populares", afirma. "Se depois das eleições tivesse apresentado um plano vigoroso de combate à crise econômica, de investimentos pesados para solucionar os problemas sociais, não teria chegado a essa situação."

O líder do MST não descarta o retorno da presidente ao cargo, por decisão do Senado ou do STF, e diz que Dilma terá de repactuar com a sociedade e "esquecer" os "oportunistas" como PMDB, PSD e PP.

A expectativa para um eventual retorno de Dilma é justificada não só por um possível agravamento da crise econômica, mas também pela continuidade dos problemas políticos. "Temer não vai resolver a crise política. Além de ser ilegítimo, não terá capacidade moral nem política de encaminhar reforma política."

Mesmo diante da possibilidade de impeachment de Dilma, o MST não descarta o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018. No entanto, o modelo defendido de candidatura é outro, com o lançamento de um nome por uma frente ampla de esquerda, com apoio de movimentos sociais, artistas, intelectuais e religiosos, em que os partidos tenham menos peso. E esse candidato não será, necessariamente, Lula. "Temos que construir um novo projeto e chegar aos 80% da população que não foram às ruas contra Dilma nem estão organizados", diz.

Indígenas Guarani e Kaiowá ocupam Funai em Brasília por demarcação. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 11/05/2016

Ontem (10), em meio às primeiras atividades do Acampamento Terra Livre 2016, lideranças da AtyGuasu, grande assembleia dos povos Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul, ocuparam a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília. Entre as reivindicações, está a publicação do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Dourados-Amambaí Peguá I, na região do município de Caarapó, no sul do estado.

Em reunião com o presidente da Funai, João Pedro Gonçalves, os indígenas afirmaram que só deixarão o prédio com o relatório assinado em mãos.

A TI, que já foi identificada pela Funai e aguarda a publicação de seu relatório, é composta por mais de 13 territórios tradicionais – os chamados tekoha – de onde essas comunidades foram expulsas e confinadas na Reserva Indígena de Caarapó, com apenas 3,5 mil hectares. Em carta entregue a Gonçalves, a AtyGuasu reitera que os estudos para a identificação e delimitação da TI já foram finalizados há anos e não são publicados por uma decisão política contra seu povo.

“Desde 1917, quando para criar novas fazendas e empresas roubaram nossos territórios, fomos esmagados e apertados para dentro da Reserva de Tey’iKue que hoje não possui mais espaço. Muitas mortes ocorreram, muitos de nossos lugares sagrados e Xirus foram destruídos, famílias foram separadas e desde então vivemos em meio ao sofrimento e à dor. Mas vocês sabem que não somos de Tey’iKue, vocês já têm o relatório, vocês sabem que precisamos voltar para nossas terras ou que morreremos tentando. E mesmo assim não publicam. Como vocês dormem

à noite? Nas mesmas noites que estamos na mira de algum novo jagunço de fazendeiro?", registra a carta.

Os indígenas foram atendidos pelo presidente da Funai em uma reunião às 18 horas, quando enfatizaram a importância do relatório ser publicado para garantir sua segurança e exigiram uma posição do presidente.

"Se o relatório está pronto, porque não publica? Se vocês não publicarem, quem é que que vai publicar? Ninguém aqui sabe como vai ser no dia depois de amanhã. Tem que fazer certo, agora. Porque nosso sofrimento é demais", afirmou Adauto Guarani e Kaiowá.

O temor dos Guarani e Kaiowá é de que, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff após a provável admissão de seu impeachment no Senado, o processo de demarcação seja paralisado. "Queremos saber a resposta hoje: o que você está esperando para fazer essa publicação? O senhor sabe todo o sofrimento de nós, mulheres indígenas, e de todo o povo Guarani e Kaiowá. Se não sair hoje, a gente vai ficar aqui mesmo", disse Flávia Guarani e Kaiowá.

"O representante da Funai disse para nós, ano passado, que até julho já estaria sendo publicado nosso relatório. Esse papel que tá aqui pra ser assinado não tem vida, mas por causa dele nosso povo tá morrendo lá. Sem educação, sem saúde, sem assistência, sem nenhum médico. Crianças estão morrendo. Nós queremos que publique esse relatório antes que nossos velhos aqui morram, para que nossas crianças cresçam e vivam em paz e com dignidade", afirmou Elson Guarani e Kaiowá. "Senhor presidente, hoje, eu estou aqui, posso derramar as minhas lágrimas, mas amanhã ou depois eu posso derramar meu sangue", completou o indígena.

Ocupação até resposta definitiva

Na reunião, Gonçalves afirmou que tem assinado todos os relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas que têm chegado até ele, e marcou nova reunião com os Guarani e Kaiowá para a manhã desta quarta (11/5), quando disse que dará uma resposta definitiva aos indígenas.

"A terra é nossa vida. A reserva não é nossa vida. O nosso território é sagrado e nós queremos viver nele. Nele está nossa liberdade, nossa vida, nosso direito de viver como Guarani e Kaiowá. O nosso povo não vai parar de lutar. Se você assina esse papel, pelo menos faz a sua parte, que cabe a esta casa", afirmou Elson Guarani e Kaiowá.

Em seguida, os Guarani e Kaiowá desceram para a recepção do edifício, onde comunicaram sua decisão de permanecer no local até que o relatório seja publicado. Após uma longa discussão

com a segurança, acabaram sendo despejados e levados até a garagem, no subsolo, onde permanecerão até a nova reunião.

“A Funai é a nossa casa. Só que nem na nossa casa a gente tem direitos, fomos expulsos e despejados da recepção”, afirmou Clara Guarani e Kaiowá.

Retomada das demarcações

Os Guarani e Kaiowá também exigem que a Funai retome o andamento dos processos de demarcação dos territórios no sul do estado que ainda aguardam publicação: Apapeguá, Brilhantepegua, Dourado Amambaipegua II, Dourados-Amambaipegua III, Dourados-Amambaipegua IV, Iguatemipegua II, Iguatemipegua III, Amambai Peguá, Nhandevapegua. Os indígenas prometem um grande movimento de retomadas em todos os tekoha, caso a Funai não publique os estudos de identificação.

“Exigimos que os Peguá sejam mantidos como método para a demarcação e que nossos territórios sejam mantidos como estão, com o mesmo tamanho e desenho que os antropólogos fizeram com nossos anciões, pensadores e historiadores tradicionais. Não aceitaremos módulos de terra menores. Chega de reservas, que já nos causaram danos demais”, defende a AtyGuasu.

Incra faz cadastro ambiental rural de todos assentamentos dentro do prazo. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/05/2016

Mesmo com a prorrogação do prazo para enviar os dados ao Cadastro Rural Ambiental (CAR), o órgão da reforma agrária e do ordenamento fundiário brasileiro deu um importante passo nesta quinta-feira (05) para a regularização ambiental nos assentamentos da reforma agrária no Brasil. Com apoio da Universidade Federal de Lavras (Ufla), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) finalizou, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o cadastro de todos os assentamentos federais sob responsabilidade da autarquia agrária federal.

Incra e Ufla cadastraram no Sistema Nacional de Cadastramento Ambiental Rural (Sicar) mais de 7 mil assentamentos, beneficiando cerca de 700 mil famílias em uma área total de 44,5 milhões de hectares, além disso, foram cadastrados 146 Territórios Quilombolas que somam 1,2 milhão de hectares. A complexa tarefa – cumprida rigorosamente no prazo – consistiu em alimentar o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do MMA (Sicar MMA) com todos os pontos georreferenciais (polígonos) das áreas destinadas à reforma agrária em todo o Brasil criadas pelo Governo Federal.

Na inclusão, o Incra cadastrou os limites dos assentamentos e outros dados dentre eles: CPF e dados dos ocupantes; as atividades agrícolas do assentamento; os limites para lagos, rios e nascentes, áreas de proteção para mata ciliar; as áreas de reserva legal; áreas de usos restritos (pantanais e planícies pantaneiras); áreas de proteção permanente, como florestas, e áreas consolidadas das propriedades rurais em todo o país.

Compromisso

Para a presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, a medida mostra o compromisso do Incra em superar os passivos ambientais de antigas práticas de colonização, cumprir os compromissos ambientais e se preparar para práticas agroecológicas e ser um importante ator da economia verde. “Com a entrega, damos uma demonstração inequívoca com o desenvolvimento com a floresta em pé, com as melhores práticas ambientais para superar de vez uma noção errada dos assentamentos como vetores do desmatamento. Uma vez cadastrados, os assentamentos estão responsabilizados pela preservação, manutenção e exploração sustentável dos recursos ambientais”, explica.

Segundo o assessor da Presidência, Pedro Bruzi Lion, análises preliminares identificam um patrimônio natural gigantesco, cerca de 30 milhões de hectares de vegetação nativa remanescente, 55 mil nascentes e 1,3 milhão de hectares de matas ciliares identificados, além de uma eficiente leitura das áreas produtivas nos assentamentos da reforma agrária. É incalculável o valor desse patrimônio oficialmente cadastrado e georreferenciado em um sistema público, o que assegura transparência e proteção legal. Caberá agora ao órgãos construir políticas públicas que assegurem e fortaleçam a conservação dos ativos e a recuperação dos passivos ambientais, além de um uso eficiente das informações coletadas.

Além de cumprir o prazo, o Incra prepara agora a segunda etapa para aprofundar ainda mais ferramentas de controle e cadastro ambiental. Trata se do Cadastro Ambiental Rural por lotes em assentamentos. De acordo com o coordenador de meio ambiente do Incra, João Scaramella, a medida ampliará o controle dos recursos naturais, além de estimular e premiar os beneficiários que respeitarem a legislação ambiental, essa será ainda uma importante ferramenta de auxilio à gestão e controle de outras políticas da autarquia.

“Com o cadastro por lote, podemos avaliar o patrimônio ambiental, analisar potencialidades e fontes de recursos pela economia verde e, se for preciso, responsabilizar os beneficiários que não respeitarem a legislação ambiental, além de integrar o cadastro aos sistemas de gestão e controle de assentamentos e beneficiários da política de reforma agrária”, conta o coordenador, mencionando inclusive a possibilidade de revisão ocupacional.

Amazônia

Para se ter uma noção da importância da ação do cadastro ambiental, foram cadastrados no CAR 2.811 assentamentos da Amazônia Legal. Por sua maior dimensão as áreas que agora estão legalmente cadastradas abrangem em torno de 37,7 milhões de hectares. São cerca de 480 mil famílias assentadas que agora podem ter maior controle do patrimônio ambiental nos assentamentos que vivem.

Incra reconhece dois territórios quilombolas no Paraná. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/05/2016

Foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (13) duas portarias de reconhecimento de territórios quilombolas no Paraná, relativas às regularizações das áreas Água Morna, no município de Curiúva, e João Surá, no município de Adrianópolis. As portarias reconhecem e declaram a área de 1.184 hectares como parte da Comunidade Remanescente de Quilombo Água Mornal, situada em Curiúva, bem como a área de 6.422 hectares, como pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá, situada em Adrianópolis.

Os próximos passos do processo de regularização de territórios quilombolas serão as publicações dos Decretos de Desapropriação por Interesse Social, a serem assinados pela Presidência da República. Após, ocorre a fase de desintrusão com as desapropriações de imóveis particulares e indenizações para, por fim, demarcar e titular os territórios.

Comunidade quilombola Água Morna

A comunidade quilombola Água Morna e sua territorialidade estão ligadas à história de migração das famílias de Benedita, composta por negros ex-escravos de origem africana, e de Maurício, em sua maioria de não-brancos livres ou libertos, vinda da Bahia. Essas famílias migraram até sua fixação, nas últimas décadas do século XIX, no território situado no atual município de Curiúva. A união entre Benedita e Maurício ocorre antes do fim da migração, pois o casal já constituído permanece por um tempo em Castro, em local identificado como barracão da senzala dos escravos.

As terras adquiridas pelo casal são posteriormente tituladas como Fazenda do Pinhal em nome de Maurício Carneiro do Amaral. Após determinado período no território, a comunidade passa a sofrer a opressão exercida pelo mercado de terras. A valorização das terras locais, a partir da década de 1940, traz como consequências o fechamento do acesso a novas terras para os descendentes quilombolas e o avanço, por terceiros, sobre o território quilombola.

A perda das terras aconteceu devido à alegações de compras realizadas por terceiros sem o conhecimento dos proprietários quilombolas. Mas, apesar do processo de expropriação, parte da Comunidade continuou nas terras herdadas. E a permanência da comunidade na área demonstra um forte sinal de resistência.

Comunidade quilombola João Surá

A comunidade quilombola João Surá teve origem no aquilombamento de escravos fugidos da região do Vale do Ribeira, nos estados do Paraná e São Paulo, a partir do século XIX, trazidos à região inicialmente devido ao incentivo à mineração e, posteriormente, à agricultura.

As condições geográficas do local, de topografia acidentada e difícil acesso, possibilitou aos escravos encontrar terras de liberdade na região do João Surá, onde, por quase duzentos anos, constituíram uma comunidade. Esta representou a conquista do que chamaram de "1ª liberdade".

Nas décdas de 1960 e 1970, a regularização fundiária promovida pelo Incra/PR, nos moldes de loteamento individual, embora não fosse de acordo com a prática de ocupação tradicional da comunidade, foi recebida como um reconhecimento de sua ocupação centenária, e foi percebida positivamente como a conquista da "2ª liberdade". Contudo, a regularização fundiária ocorreu em paralelo à especulação imobiliária, incentivada principalmente pela procura de terras pela indústria madeireira.

Em pouco tempo a comunidade foi expropriada de suas terras por meio da atuação, na maioria das vezes fraudulenta, de agentes especuladores que adquiriram vastas porções de terras que hoje se encontram em posse de empresas reflorestadoras. Desde 2007, quando foram iniciados os estudos de regularização fundiária na comunidade, existe a luta pela conquista da "3ª liberdade", ou seja, a recuperação do seu território tradicional, e com ele, o da preservação, autossustentabilidade e desenvolvimento da comunidade.

Entenda o processo de regularização fundiária de territórios quilombolas:

O processo de titulação pode ocorrer por iniciativa do próprio Incra, a pedido da comunidade ou de qualquer outro interessado. A certificação de autorreconhecimento da identidade quilombola da comunidade é expedida pela Fundação Cultural Palmares e encaminhada ao Incra.

O relatório antropológico contém o levantamento da história e características socioculturais da comunidade e a proposta da delimitação da área necessária à reprodução física, econômica e cultural da comunidade. O estudo é realizado em todos os processos de reconhecimento dos territórios das comunidades quilombolas.

A definição dos limites, a medição e a demarcação das terras são realizadas pelo Incra, levando-se em consideração os critérios dos próprios quilombolas e estudos do relatório antropológico. O Incra realiza estudos na área quilombola a fim de levantar quais são as famílias quilombolas da comunidade, qual é a situação fundiária das terras tradicionais e, ainda, se existem ocupantes não-quilombolas naquelas terras.

No caso de existirem pessoas com títulos de propriedade válidos incidentes em terras quilombolas, o Incra procederá à desapropriação ou à arrecadação dessa área particular para depois titulá-la em nome da associação da comunidade. No caso de existirem ocupantes na terra quilombola, o Incra tomará as providências para reassentá-los, caso sejam público objeto da reforma agrária.

Nota Pública da FETRAF/BRASIL em repúdio à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. FETRAF. 13/05/2016

Nota em repúdio à reforma ministerial realizada pelo governo Temer

A FETRAF-BRASIL – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil, representando milhões de agricultoras e agricultores familiares que são as Mãos que Alimentam a Nossa Nação, neste momento triste, complicado e preocupante da história do nosso país, vem expressar, de forma pública, o seu sentimento de insatisfação, revolta e indignação com o que temos presenciado no ato de instalação do governo golpista de Michel Temer.

A FETRAF-BRASIL tem orgulho de representar a categoria social e econômica mais antiga e mais e mais numerosa desse país. Excluída, explorada e massacrada ao longo dos 500 anos da nossa história, mas que agora é capaz de levantar a cabeça e dizer com alegria e felicidade: “eu sou agricultor familiar”... “eu sou agricultora familiar”.

As conquistas que a agricultura familiar obteve nos últimos 13 anos, frutos de intensas lutas e da compreensão e definição política de um processo de governo democrático-popular, iniciado com o Presidente Lula e continuado pela Presidenta Dilma, possibilitaram a construção e um novo marco histórico na vida de mais de 20 milhões de pessoas que vivem da terra e da dignidade do seu trabalho, em família, produzindo a sua sobrevivência, mas também a segurança alimentar e nutricional de toda a sociedade brasileira.

A prioridade que foi dada à categoria com políticas públicas consistentes como o crédito do Pronaf, o Crédito Fundiário, o Garantia-Safra, o Seguro da Agricultura Familiar, o Programa de Garantia de Preços, o Programa de Compras Institucionais da Agricultura Familiar, como o PAA e o PNAE, o Programa de ATER, os Programas de fortalecimento da agroindustrialização familiar e do cooperativismo, aliado a programas que foram marcos históricos, como o Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa Minha Vida, Programa Mais Médicos, o ProUni, PronaCampo, Pronatec, Programa Água para Todos, onde as Cisternas para consumo humano e para produção, mudaram a realidade e vida da agricultura familiar e do espaço rural. Mas, não podemos esquecer de processos ousados e inovadores como o Planapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o mais recente Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. E por fim, os avanços na Reforma Agrária.

Ao demonstrar a nossa gratidão e alegria por tudo o que conquistamos, vimos expressar por outro lado, nossa indignação e revolta com os primeiros atos do governo Temer. A reforma ministerial feita por ele não só ataca toda a classe trabalhadora, como também as populações do campo e dos povos mais frágeis do nosso Brasil.

A extinção do Ministério Desenvolvimento Agrário, coloca em risco um conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar, além de ir na contramão do desenvolvimento do país.

Repudiamos também a extinção de ministérios de grande importância na área social e de inclusão social como o Ministério da Previdência Social e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Não aceitamos, estamos revoltados e indignados com a tentativa de golpe que setores da burguesia industrial, financeira, comercial e agrária estão colocando em curso. Mas estamos muito conscientes de que se trata de um golpe que vai muito além da usurpação do direito de cumprir integralmente o mandato presidencial de uma mulher digna e honrada, eleita democraticamente pelo voto popular. Para nós da FETRAF-BRASIL, trata-se sim de um golpe contra a democracia, e mais ainda, representa um golpe contra a classe trabalhadora, contra a agricultura familiar, contra os povos do campo, das águas e das florestas, contra as mulheres, contra a juventude, contra a população negra, contra

os povos indígenas e os povos tradicionais. Trata-se de um golpe contra os avanços sociais e contra nossos direitos e nossas conquistas.

Os nossos ideais de construção e um Brasil verdadeiramente livre e justo, sustentável e solidário, aliados aos compromissos assumidos de forma muito firme pelas gestões do governo democrático-popular, e por nos apoiados, de construir um Brasil Para Todos, não serão abalados pelos processos comandados pela elite entreguista, corrupta, sem ética e sem pátria.

FETRAF-BRASIL, os agricultores e agricultoras familiares do Brasil, farão nas ruas, na roça, no campo, nas águas, nas florestas a defesa dos nossos direitos conquistados, e não aceitará pacificamente o retrocesso.

A Direção da FETRAF-BRASIL

Solidariedade propõe criação de Secretaria da Agricultura Familiar. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 16/05/2016.

Três dias depois de criticar declarações do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre a ideia de implantar uma reforma da Previdência no país, o presidente do Solidariedade, deputado Paulo Pereira da Silva (SP), esteve no início na noite desta segunda-feira com o presidente interino Michel Temer para propor a criação de uma Secretaria de Agricultura Familiar como condição para o partido integrar a base aliada do novo governo.

Paulinho da Força foi um dos parlamentares que mais defenderam na Câmara o impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

O parlamentar estava acompanhado de seu colega de bancada, o deputado Zé Silva (SD-MG), que chegou a ser cotado para comandar o ex-Ministério do Desenvolvimento Agrário, antes deste ser fundido com a pasta do Desenvolvimento Social. Os dois apresentaram a Temer um desenho de secretaria especial que tenha status de ministério e seja vinculada diretamente ao Palácio do Planalto.

Zé Silva disse ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, que o organograma mostrado a Temer incorpora as estruturas do Instituto Nacional de

Colonização Agrária (Incra) e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), esta última recém-criada por Dilma.

O Solidariedade chegou a negociar com Temer influência no Ministério do Trabalho, mas a Pasta foi delegada ao PTB.

MST desocupa fazenda de amigo de Temer no interior de São Paulo. Valor Econômico. 16/05/2016.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) desocupou uma fazenda em Duartina, no interior de São Paulo, após cinco dias. A fazenda foi ocupada no último dia 9 e pertence a João Batista Lima Filho. O proprietário é sócio da empresa Argeplan e amigo do presidente interino Michel Temer.

A decisão foi tomada no último sábado em assembleia com 1 mil trabalhadores e trabalhadoras. A medida ocorreu após uma audiência com o diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Leonardo Góes. O Incra se comprometeu em fazer um monitoramento da pauta proposta pelo MST e apresentar um retorno em 15 dias. Os pedidos do grupo incluem o assentamento imediato através das 5 mil famílias acampadas no estado de São Paulo.

A desocupação ocorreu de forma pacífica e o grupo não foi notificado de uma reintegração de posse. Segundo o MST, não houve nenhum tipo de depredação ou dano cometido na área.

A Fazenda Esmeralda está em nome da empresa Argeplan, ex-coronel da Polícia Militar e amigo do presidente interino Michel Temer. O nome de Lima foi citado na Operação Lava-Jato pelo empresário José Antunes Sobrinho, da Engevix. Em delação premiada, ele disse ter estado com Lima Filho e Temer por duas vezes para tratar de um contrato de R$ 162 milhões na Eletronuclear.

A assessoria de Temer confirmou que se trata da propriedade de um amigo, mas negou que ele tenha qualquer ligação com a fazenda.

MPF e entidades veem ilegalidade em revisão de terras indígenas. Danilo Fariello – O Globo, Brasil. 16/05/2016

Subprocuradora-geral da República diz que medida só é possível diante de algum vício

BRASÍLIA - A possibilidade de o governo de Michel Temer rever demarcações de terras indígenas reconhecidas no mês passado, conforme publicado pelo GLOBO nesta segunda-feira, suscitou críticas de organizações sociais, representantes indígenas e juristas. Para a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, a revisão da demarcação de 56 mil hectares de terra fere a Constituição Federal.

Segundo ela, a revisão só é possível diante de algum vício de legalidade (uma espécie de erro no processo), o que ela não acredita ter acontecido. Ela explica que foram frequentes as trocas de informações entre Funai e Ministério da Justiça exatamente para evitar problemas posteriores à publicação dos atos.

— Eles foram sendo construídos ao longo do tempo. Já estavam há muito tempo indo e vindo da Funai para o ministério para que não houvesse possibilidade de interferência judicial — disse Deborah.

Segundo Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA), a revisão dos decretos não é viável juridicamente por se tratar de atos vinculantes e declaratórios. Ou seja, não foram decisões discricionárias e unilaterais, mas um resultado de discussões, principalmente entre Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Justiça (MJ), que reconhecem direito anterior à formalização.

— Há uma série de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), ao interpretar artigo 231 da Constituição Federal, dizendo que demarcação é ato vinculado, ou seja, é obrigação da administração pública demarcar. Mais do que isso, o ato que demarca a terra indígena é de natureza declaratória, o que significa que ele apenas declara um direito preexistente — disse Guetta.

O ISA deve enviar em breve ofícios ao Ministério da Justiça, para a Casa Civil e a Presidência da República apresentando esses argumentos pela impossibilidade jurídica de se reverter as demarcações. Também a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) prepara uma manifestação contra o que qualifica como uma possibilidade de "retrocesso".

Deborah Duprat reconhece as pressões políticas sobre a questão, mas diz que a Constituição tem de prevalecer na discussão. A reportagem do GLOBO mostrou que, semanas antes de assumir a

Presidência, Temer se reuniu com deputados e senadores ligados ao agronegócio e se comprometeu a rever as medidas.

— Se a disputa política prevalecer, estamos diante de um problema grave de ordem Constitucional — disse Deborah Duprat.

Por enquanto, o Ministério da Justiça informou que não haverá nenhuma revisão das demarcações sem um processo de diálogo com as comunidades. No entanto, nos bastidores, o governo ainda não tem plena segurança sobre a viabilidade jurídica dessa revisão.

PARÁ: Acampados recebem 6,7 mil cestas de alimentos. CONAB. 18/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) disponibilizou 147,9 toneladas de alimentos para os acampados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Santarém/PA. Os produtos foram adquiridos por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ao todo, foram doadas 6.726 cestas com arroz, feijão, açúcar, óleo, farinha de mandioca, macarrão, flocos de milho e leite em pó. Os alimentos foram distribuídos pelo Incra a 2.242 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, em uma ação coordenada pela Superintendência Regional da Conab no Pará.

Moraes descarta rever demarcações de terras indígenas. Letícia Casado e Carolina Oms – Valor Econômico. 20/05/2016.

Recém-empossado ministro da Justiça no governo de Michel Temer, o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre de Moraes, disse ao **Valor** que não pretende fazer revisão na demarcação de terras indígenas. As prioridades do ministério serão a fiscalização das fronteiras, a redução do número de homicídios e o combate à corrupção, afirmou.

"Eu não falei em momento algum de revisão de qualquer demarcação indígena. Nem de possibilidade. O que eu disse foi que todas as secretarias que eu assumo, e agora no ministério, todas as portarias dos últimos três meses - independentemente de ser

indígena ou administrativa -, a gente sempre analisa. Não há nenhuma intenção de revogar nenhuma demarcação de terras indígenas. Nenhuma", garantiu o ministro.

Em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo" no início da semana, Moraes não descartou rever as últimas demarcações. A declaração gerou protestos de indígenas e especialistas disseram que a medida seria inconstitucional, porque somente poderia ser adotada caso fosse comprovado vício nos processos. Muitas das ações se arrastavam há anos e a Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que elas já haviam sido discutidas.

Próximo do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), com quem trabalhou em diferentes momentos nos últimos 14 anos, Moraes levou para o ministério uma das bandeiras tucanas: a mudança na fiscalização das fronteiras. A pauta foi defendida pelas principais lideranças do partido - Alckmin, o agora ministro das Relações Exteriores José Serra e o senador Aécio Neves (MG).

A atuação das forças de segurança nas fronteiras será repensada em um plano de inteligência elaborado com os ministérios das Relações Exteriores, da Defesa, liderado por Raul Jungmann, e pelo Gabinete de Segurança Institucional, do general Sérgio Etchegoyen.

Eles ainda não elaboraram um projeto, mas conversaram sobre o assunto, disse o ministro da Justiça. Em seu discurso de posse no Itamaraty, Serra defendeu mudanças na proteção das fronteiras brasileiras, as quais chamou de "lugar geométrico do desenvolvimento do crime organizado" para alimentar contrabando.

Cerca de 80% da droga consumida no Brasil não entra pela floresta amazônica, mas a maioria adentra o país pela fronteira com o Paraguai, disse Moraes. Reduzir o volume de entorpecentes "depende de atuação conjunta com os países vizinhos e nisso o Itamaraty pode auxiliar", afirmou.

Moraes disse que o Brasil tem condições de dialogar com os países para liderar o processo. "A posição do Brasil sempre foi de bom relacionamento e integração, até porque os vizinhos querem um relacionamento para o combate [ao tráfico. O que faltava era vontade política."

A maior fiscalização nas fronteiras deve ser complementada por um plano nacional para redução de homicídios elaborado em conjunto com as secretarias de segurança pública

dos Estados "para a atuação conjunta principalmente na questão de troca de informação", disse Moraes.

O ministro deve receber todos os secretários de segurança pública do país para uma reunião no dia 31 de maio, em Brasília, para discutir "uma linha a mais de execução" dentro da estrutura já montada no ministério.

Ele pretende levar políticas implementadas na segurança pública de São Paulo para combater o crime nacionalmente. Moraes diz que o número de homícidios no Estado caiu nos últimos anos e que, enquanto secretário de segurança pública - cargo que ocupou desde o começo do ano passado -, conheceu projetos que podem ser replicados, e citou iniciativas de combate aplicadas em Espírito Santo, Goiás e Pernambuco.

"A segurança pública é questão do país, não apenas do Estado, mas a União tem o dever de coordenação", afirmou. Ele diz que aproveitará os centros de comando integrado criados pelo governo Dilma Rousseff e que serviram de modelo para a gestão anterior, mas que agora a organização da política de combate à criminalidade será feita de outra forma. "Não é possível que tenhamos 50 mil homicídios ao ano", criticou Moraes.

O Atlas da Violência divulgado em março deste ano mostra que o Brasil registrou 59.627 homicídios em 2014, o maior número já registrado em território nacional. A pesquisa é feita pelos Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Forum Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados do Ministério da Saúde.

Desde que seu nome foi anunciado para a Justiça, Moraes foi diversas vezes questionado sobre a Operação Lava-Jato e tem reafirmado que não vai impedir o avanço das investigações. Ele defendeu as decisões tomadas pelo judiciário na operação: "Quem decreta prisão preventiva? É o poder judiciário. Não vejo problema nas preventivas, mas se houvesse, o Tribunal Regional Federal, o Superior Tribunal de Justiça ou o Supremo Tribunal Federal teriam revertido a decisão. Não foi detectado nenhum abuso de autoridade, ningém falou que a prisão é ilegal".

O ministro da Justiça também reafirmou sua intenção de manter o diretor-geral da Polícia Federal no cargo, Leandro Daiello, "até quando ele quiser". Uma mudança no diretor-geral poderia, por exemplo, levar a mudanças nas superintendências da PF e nas equipes de delegados que participam das operações, inclusive a Lava-Jato. Moraes já fez uma primeira reunião com a cúpula da PF.

Questionado sobre como vê os projetos do Congresso para alterar a lei da colaboração premiada, Moraes disse que o assunto "não é pauta do governo".

No começo da semana, Moraes foi desautorizado pelo presidente interino Michel Temer por declarações dadas ao jornal Folha de S.Paulo em relação à escolha do procurador-geral da República. Ele disse que não houve "ruído" com Temer.

No final de 2014, o novo ministro da Justiça defendeu Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente afastado da Câmara dos Deputados, em uma ação sobre uso de documento falso em processo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Cunha foi absolvido.

"Fui promotor por dez anos e advogado por quatro. Investigava improbidade administrativa. E investigava político, senador, deputado. Também defendi vários políticos. Eles nao serão prejudicados ou beneficiados porque sou ministro", afirmou Moraes.

Em São Paulo, Moraes autorizou atos de reintegração de posse sem mandado judicial e foi criticado pelos movimentos pelo excessivo da violência pela Polícia Militar. Ele diz que a atuação ocorreu dentro da lei e não descarta seu uso nacionalmente.

"Não sou eu quem faço a lei. Isso se chama auto tutela administrativa e existe em todas as democracias ocidentais."

Segundo Mores, o poder público pode optar pela saída dos manifestantes por via judicial ou por decisão própria. "A União já faz isso há muito tempo, sempre fez e vai continuar fazendo. É o órgão que tem seu prédio invadido que decide, se pede força policial ou se entra na Justiça", disse.

A chegada de Moraes à Justiça preocupou movimentos sociais contrários ao governo interino do presidente Michel Temer. Eles temem uma escalada da violência policial contra manifestações e o uso da lei que tipifica o crime de terrorismo para criminalizar movimentos sociais e manifestações populares. O ministro, no entanto, garante que "de forma alguma" a lei será usada contra manifestações, mas somente atos de terrorismo.

PIAUÍ: Conab doa 9 119 kg de alimentos para acampados da reforma agrária. CONAB. 27/05/2016

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Piauí, concluiu, esta semana, a entrega de 1.043 cestas de alimentos para acampados que aguardam reforma agrária no estado. A ação foi executada em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Na terça-feira (24) foi iniciada a distribuição de 340 cestas com um total de 9,1 toneladas de alimentos para as comunidades nos municípios de Altos, Coivaras, Castelo do Piauí, Esperantina, Morro do Chapéu, Madeiro, Pau D'arco, Nossa Senhora dos Remédios, Beneditinos, Barras e Milton Brandão. Cada cesta continha 4 kg de farinha, 10 kg de arroz, 6 kg de feijão, 2 kg de leite em pó, 4 kg de óleo, 2 kg de macarrão e 2 kg de açúcar.

Com esta ação, foram concluídas as doações de 1.043 cestas previstas para o mês de maio para acampados. Cerca de 4 mil pessoas foram beneficiadas com 27,9 t de alimentos. Os produtos foram adquiridos por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS).

Nesta doação foram contempladas as comunidades de acampados denominadas de Caraíba, Belém, Nova Conquista, Pinho, Vereda da Rocha, Barra do Taquari, Barreira, Vassoural, Murici Berro, Cafundó, Contenda, Boa Esperança, Marfim, Zé Rosa, União e Barra dos Cágados, beneficiando diretamente cerca de 1550 pessoas nesta etapa.

Quilombodo Grotão, em Niterói, passa por fase de reconhecimento do MinC. Renan Almeida – O Globo, Rio. 29/05/2016

Comunidade surgiu na fazenda Engenho do Mato, que deu origem ao bairro

NITERÓI — O Quilombo do Grotão, no Engenho do Mato, passou pela primeira fase do seu processo de reconhecimento. A Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) voltada para a preservação da cultura afro-descendente, certificou a

autenticidade da comunidade, que se autodefine descendente de quilombolas. O registro foi publicado no Diário Oficial da União no dia 20 de maio.

A história do Quilombo do Grotão se mistura com a da própria região onde está instalado. As famílias contam que, após deixar o Sergipe, em 1920, Manoel do Bomfim e a mulher Maria Vicência chegaram à fazenda Engenho do Mato, de propriedade de Irene Lopes Sodré, nome da principal via que corta o bairro.

Representantes da comunidade contam que, depois de mais de quatro décadas de trabalho nas plantações, principalmente bananais, a fazenda quebrou e os trabalhadores que lá viviam começaram a ser expulsos da propriedade durante o processo de loteamento do bairro. A partir daí teria começado a luta das famílias remanescentes pelo direito de permanecer no terreno, que se estende por parte do Parque Estadual da Serra da Tiririca.

— Esse reconhecimento fortalece a nossa luta pela terra e o movimento em defesa da nossa cultura. O apoio de professores da UFF, UERJ e UFRJ, que elaboraram um laudo técnico com a nossa história, foi que nos fez avançar — comemora o líder comunitário Renatão do Quilombo.

A comemoração se estende em ritmo de samba hoje, a partir das 12h, na tradicional Feijoada do Quilombo.

Temer transfere responsabilidade por reforma agrária para a Casa Civil. Danilo Fariello – O Globo, Brasil. 30/05/2016

Pasta ficará ainda com agricultura familiar e delimitação de terras das comunidades quilombolas

BRASÍLIA - Depois de fundir o ministério do Desenvolvimento Agrário à pasta do Desenvolvimento Social, o governo Michel Temer transferiu para a Casa Civil a responsabilidade pela reforma agrária, pela agricultura familiar e pela delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações. A definição está no Decreto 8.780, publicado nesta segunda-feira no "Diário Oficial da União".

Pelo Decreto, migram para a Casa Civil as secretarias de Reordenamento Agrário, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial e a secretaria extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. A Casa Civil também vai incorporar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Temer transfere reforma agrária para a Casa Civil. Maíra Magro – Valor Econômico. 30/05/2016.

O presidente interino Michel Temer transferiu para a Casa Civil da Presidência da República a competência de promover a reforma agrária, o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e a delimitação e demarcação das terras dos quilombolas.

As atividades eram antes atribuídas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que foi extinto na gestão Temer. O decreto foi publicado nesta segunda-feira, 30, no Diário Oficial da União.

O Decreto 8.780 também transfere o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a Casa Civil, comandada por Eliseu Padilha (PMDB).

Além disso, com o decreto, cinco secretarias saem da pasta do Desenvolvimento Social e Agrário para a Casa Civil: a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; de Reordenamento Agrário; da Agricultura Familiar; de Desenvolvimento Territorial; e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal.

Conab participa de conferência sobre Extensão Rural. CONAB. 31/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participa da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – ATER, que começa nesta terça-feira (31) em Brasília e vai até 3 de junho. O evento tem por finalidade promover a ampla discussão de estratégias com foco na universalização da extensão rural e de apoio à melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores no país.

Com o lema “Ater, agroecologia e alimentos saudáveis”, a conferência reúne trabalhadores rurais de todos os estados e do Distrito Federal, além de representantes do setor público e da sociedade civil em debates sobre a produção no âmbito da agricultura

familiar. No evento terá ainda, atividades culturais e feira de alimentos tipicamente regionais com produção oriunda da agricultura familiar.

Técnicos da Companhia estarão presentes em estande institucional, apresentando os programas voltados à agricultura familiar. A Conab executa importantes ações de apoio aos pequenos produtores, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Vendas em Balcão, Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) e Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), entre outros.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa